LEI MUNICIPAL Nº. 986/97

Súmula: Dispõe sobre a contratação de Pessoal temporário, para atender excepcional Interesse público e da outras providencias.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu, Elidio Zimmermam de Moraes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As contratações de pessoal, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos órgãos da Administração Direta do Município de Mangueirinha, reger-se-á pelas disposições constantes desta Lei.

§ 1. – O prazo do contrato de trabalho, na forma desta Lei, não deverá exceder o ultimo dia do exercício financeiro em que se formalizar o ato da contratação.

§ 2. – A superveniência de Legislação disciplinando o cumprimento do disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, será motivo de rescisão dos contratados vigentes que estiverem em desacordo coma respectiva Lei regulamentar.

§ 3. – No contrato firmado nos termos desta Lei, deverá ser inserida uma clausula, com o período de contratação, pela qual, se eventualmente ocorre o disposto no parágrafo 2 deste artigo, não deverá o Município responder por qualquer indenização decorrente do não cumprimento do termo estipulado.

Art. 2º - Considera-se como de excepcional interesse público as contratações que visam:

I – atender situações de calamidade publica;

II - combater surtos epidemiológicos;

III – promover campanhas de vacinação e de saúde publica;

IV – atender as necessidades relacionadas com a construção, recuperação e restauração de obras públicas;

V – atender o suprimento de docentes em sala de aula e pessoal especializado de saúde;

VI – atender convênios celebrados entre Municípios, Município e a União ou o Estado.

Art. 3º - As contratações previstas no artigo anterior, deverão ser procedidas de testes seletivos, exceto para os itens I, II e III e terão prazo máximo de um ano, podendo ser prorrogado para mais um exercício, de acordo com a emenda nº. 02 à Constituição Federal do Paraná – Pr., Art. 27, inciso IX alínea “b”, e estão sob a égide de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1. - A regulamentação, as normas e a forma de aplicação do teste seletivo, serão feitas através de edital a ser publicado quando se caracterizar e necessidade.

§ 2. – Decorrido o prazo celerado entre as partes, extinguir-se-á do vínculo trabalhista.

Art. 4º - Os salários do pessoal temporário previsto nesta Lei, não poderão ser superiores ao piso salarial das categorias funcionais da Tabela de Salário da Prefeitura.

Art. 5º - As contratações deverão ser solicitadas pelos Diretores de Departamento, à divisão de Recursos Humanos, devidamente formalizadas e instituídas contendo:

- I** – justificativa pormenorizada sobre a necessidade de contratação;
- II** – caracterização de temporalidade do serviço a ser realizado;
- III** - tipo de emprego, função a ser exercida e local de trabalho;
- IV** – prazo previsto (determinação do período).

Art. 6º - As contratações a que se refere a presente Lei serão autorizadas pelo poder Legislativo e efetiva através de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, precedida de pronunciamento do Diretor de Departamento de Finanças e do Diretor do Departamento de Administração.

§ 1. – O Departamento de Administração emitira informação técnica sobre o emprego, o salário, bem como sobre a necessidade de contratação no prazo previsto nesta Lei.

§ 2. – O Departamento de Finanças emitirá informações sobre o impacto financeiro da solicitação, bem como sobre a disponibilidade financeira de recursos, face às contratações solicitadas.

Art. 7º - O contrato a ser firmado nos termos desta Lei, devesa explicitar a verba orçamentária e o respectivo empenho, para sua validade.

Art. 8º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manguueirinha, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 1997.

Elidio Zimmermam de Moraes
Prefeito Municipal

Publicado no Jornal Estado do Paraná, dia 01 de fevereiro de 1997,
pagina 18.